

# PARA ENTENDER O CAMPESINATO: A CONTRIBUIÇÃO DE A. V. CHAYANOV<sup>1</sup>

Lucia H. O. Gerardi<sup>2</sup>  
Giancaria Salmoni<sup>3</sup>

## 1. TEORIA DE ORGANIZAÇÃO DE PRODUÇÃO DE A. V. CHAYANOV

Pouco se conhece sobre a vida de A. V. Chayanov, porquê, até a década de 60, praticamente não tinha sido feita nenhuma tradução de seus trabalhos para a literatura ocidental. Sabe-se que ele nasceu em 1888 e, com apenas 21 anos (1909), produziu seu primeiro trabalho, seguindo sua carreira profissional no Instituto de Economia junto a Academia Agrícola de Timiryazev, em Moscou, de 1919 a 1930. Nesse período, produziu cerca de sessenta textos, além de numerosos artigos em revistas, todos frutos de suas pesquisas sobre as questões agrárias de Rússia, principalmente sobre aquelas surgidas durante a Revolução (WANDERLEY, 1989). O que identifica a produção intelectual de Chayanov, nessa época é o que sua investigação: o estudo da distribuição dos recursos – TERRA, TRABALHO E CAPITAL- no interior das unidades camponesas.

A versão espanhola de seu principal trabalho – LA ORGANIZACIÓN DE LA UNIDAD ECONOMICA CAMPESINA- ainda é mais conhecida pelos estudos acadêmicos. Cabe ressaltar que as limitações na divulgação mais profunda a respeito da sua contribuição teórico- metodológica para o estudo do campesinato.

No Brasil, apenas um texto encontra-se traduzido para o português, intitulado “SOBRE A TEORIA DOS SISTEMAS NÃO- CAPITALISTAS”, publicado na obra organizada por J. G. da Silva (1981)<sup>4</sup>

A despeito da trágica herança da era de Stalin, Chayanov ocupou um lugar de destaque na história do campesinato. Suas idéias foram representantes do pensamento neo- populista, no contexto das ciências sociais de seu país de origem a Rússia. Esta corrente epistemológica agregou estudiosos de várias áreas, desde agrônomos, economistas, estatísticos rurais, entre outros, que passaram a difundir suas críticas à ideologia dominante na Rússia, principalmente no final do século passado e início deste.

Os neo-populistas defendiam a viabilidade da agricultura camponesa, enfatizando sua habilidade característica em sobreviver e prosperar sob quaisquer circunstâncias; e mais, propugnavam que a terra deveria ser toda transferida para unidades

---

<sup>1</sup> Trabalho financiado pela FAPESP- Bolsa de Mestrado Processo 90/3523-0.

<sup>2</sup> Universidade Estadual Paulista, IGCE, Departamento de Cartografia e Análise de Informação Geográfica, Rio Claro. Pesquisadora do CNPq.

<sup>3</sup> Universidade Federal de Pelotas, Rio Grande do Sul.

<sup>4</sup> CHAYANOV, V. A. Sobre Teoria dos Sistemas Não Capitalistas. In: SILVA, J. G. & STOLCKE, V. A. questão Agrária. São Paulo, 1981. P. 133-163.

camponesas privadas, o que poderia ser visto como um consistente projeto de Reforma Agrária.

Esse posicionamento provocou um sério confronto com o governo que, sob a liderança de Lenin, propunha a imediata eliminação de propriedade privada de terra, incluindo a expropriação dos camponeses, para a criação de fazendas coletivas, gerenciadas pelo poder estatal. Assim o camponês, enquanto produtor individual, deveria se eliminado, para assegurar o desenvolvimento da agricultura.

A situação interna da economia camponesa vinha sendo estudada desde 1870, por meio de um aparato técnico criado pelo governo, para efetuar a coleta e processamento de dados relativos ao campesinato russo. As informações documentadas por estes órgãos regionais – as estatísticas ZEMSTVO- revolucionaram muitos conceitos e teorias. Da mesma forma que foram utilizadas para reformar os objetivos do Estado, de coletivização da agricultura, forneceram as bases para as teorias da economia camponesa, construída por Chayanov e sua Escola da Organização e Produção que teve como fundamentos: primeiro, a afirmação de que o comportamento econômico observado nos camponeses da zona rural russa não se ajustava aos modelos de política agrária propostas pelos marxistas-leninistas, baseadas na dinâmica das categorias clássicas- renda, salário e lucros; já que os produtores familiares não maximizavam nenhum desses elementos, no interior de suas propriedades.

Segundo, que a distribuição dos recursos – TERRA, TRABALHO E CAPITAL- nas unidades produtivas familiares, estava guiada por uma racionalidade singular, capaz de tornar a propriedade camponesa um elemento fundamental, tanto para o funcionamento geral da economia, como para a organização do espaço, nas diferentes escalas.

Para entender a organização da economia camponesa nesses termos, é necessário considerar alguns pontos básicos da teoria de A. Chayanov. Principalmente, é necessário abstrair as condições externas que envolvem as unidades produtivas, tais as tendências do comércio inter-regional e internacional, a expansão urbana e vários outros que afetam a economia como um todo (HARRISON, 1975).

O modelo básico de Chayanov pode ser entendido como sendo uma análise microeconômica interna das unidades camponesas. Segundo ele, cada família possui uma dinâmica demográfica própria, dada em função do número de membros que compõem e de suas idades. Esta composição familiar determinará a variação no volume de trabalho e consumo, necessário para garantir a sobrevivência de família, pressuposto que é de extrema importância para compreender o campesinato sob o ponto de vista de Chayanov.

O camponês formula subjetivamente um balanço entre necessidades que podem ser tanto de ordem biológica, como é o caso da alimentação e vestuário, como também aquelas impostas social ou economicamente ao grupo familiar. Estas

últimas são reflexo da sua integração ao circuito da economia mercantil e, nesse caso, a aquisição de bens duráveis (maquinaria agrícola, eletrodomésticos, automóvel...) e o pagamento de encargos públicos (taxas, impostos...) pasam a fazer parte do consumo familiar.

Quanto aos recursos, o suprimento de mão-de-obra não-remunerada é o principal deles, dado pelo tamanho e composição de família. Os recursos ditos complementares são terra e capital, variáveis em função dos mercados de terra e da acumulação interna da família, respectivamente. A utilização intensiva ou não dos recursos está intimamente ligada à satisfação das necessidades da família.

A influência de diversos fatores econômicos sobre os processos de renovação e acumulação de capital, na exploração camponesa, é vista por Chayanov sempre sob a prisma dos níveis de bem-estar da unidade familiar, os quais somente poderão ser quantificados no interior das unidades, tais como:

1. A renda bruta da exploração, resultante da produção total da família, tanto em ofícios agrícolas como em ofícios não-agrícolas.

Esta unidade na composição dos ingressos financeiros é dada em função de que todos os componentes do grupo familiar atuam segundo suas capacidades pessoais, a fim de atingir um nível de satisfação global das suas necessidades.

Os rendimentos totais podem servir unicamente ao consumo familiar, na forma de recursos para aquisição de mercadorias mais dispensiosas ou, às vezes, até mesmo como fonte de poupança do grupo domésticos.

2. A parcela investida na reprodução e remoção dos meios de produção, correspondendo ao que Chayanov chamou de “gastos econômicos”, destinados à produção e não ao consumo, servindo para equipar a unidade familiar com instrumentos, ao longo do ano agrícola.

Esta parcela é subtraída da renda bruta e refere-se basicamente aos investimentos como elementos técnicos incorporados pela exploração agrícola, incluindo os gastos com força animal e mecânico, insumos, construções, reparos, compra das terras. Como isso, novos instrumentos de trabalhos podem surgir, fazendo com que, a uma mesma produção maior, obtida com um desgaste menor de tempo e de esforço pessoal.

3. O orçamento pessoal da família, o qual está relacionada ao auto-consumo familiar. O produtor contabiliza os bens necessários à sobrevivência do grupo doméstico, tanto em alimentação, vestuário e outros, como em bens de uso na unidade produtiva.

Chayanov afirma que qualquer aumento nas taxas de consumo dessa população depende:

*“... no sólo de un incremento en el ingreso y de la consiguiente ampliación del presupuesto, sino también de una expansión de las unidades debido a que penetran en el campo elementos de una cultura más elevada”.*

(CHAYANOV 1974. P. 148).

Com isso, Chayanov chama a atenção para o fato de que o camponês tende a ajustar seus padrões de consumo ao se vincular ao mercado, passando a absorver produtos de origem urbano-industrial. Porém, as reais vendas e desvantagens de qualquer iniciativa desse tipo estarão mediadas pela percepção intuitiva do camponês em melhorar o bem estar da família.

4. A parcela não investida diretamente na produção, destinada a poupança familiar. As somas extraídas da venda só serão invertidas na renovação de capital se estiverem garantidas as condições de sobrevivência da família. Dessa forma, não existe a menor possibilidade de acumular capital, nem que isso represente uma forma de herança futura a ser deixada aos membros de família, se as necessidades elementares não forem atendidas anteriormente.

Otra contribuição de Chayanov foi desenvolver “cálculos econômicos” que explicitam às regras do processo produtivo do camponês, tendo em vista os movimentos de expansão interna da família. Estes cálculos fazem parte dos trabalhos mais antigos de Chayanov (1913), época em que ele esteve preocupado com baixos rendimentos obtidos pelos camponeses produtores de linho, nas Províncias de Moscou e Smolensk (URSS).

Para entender a organização da produção nas propriedades camponesas dessas regiões, Chayanov considerou dois aspectos:

- a) as necessidades da família camponês, geradas internamente, e
- b) os recursos da unidade familiar, sobre os quais se encontra assentado o processo produtivo.

Partindo dessas informações básicas, Chayanov buscou uma resposta satisfatória para a questão de como os camponeses expandem o emprego de seus recursos reprodutíveis, como é o caso da mão-de-obra, sobre todo o ciclo de vida familiar. As evidências demonstradas pela realidade russa comprovaram que os camponeses defrontam-se com baixos retornos por dia trabalho, em áreas de crescimento populacional acelerado, cujas terras apresentam sinais de esgotamento de sua fertilidade.

Em resumo, quanto maior o número de trabalhadores em uma mesma família, menores serão as possibilidades de ver o seu produto aumentado. Isto porque, a medida que um novo membro for adicionado ao conjunto de mão-de-obra familiar, tem-se que a fração de produto suplementar que ele obtém com seu trabalho tende a zero, e a parcela corresponde à renda individual decresce; é a chamada “lei dos rendimentos decrescentes”, um dos pontos mais explorados por

Chayanov, na análise da dinâmica interna das unidades produtivas camponesas. É evidente que essa situação pressupõe que o excesso de mão-de-obra esteja combinado com limitados recursos de terra, considerando-se, ainda, que não haja progresso técnico.

Desse modo, do empirismo dos primeiros momentos do seu estudo, Chayanov evolui, aos poucos, para uma sistematização teórica que assinala as bases da sua teoria explicativa da ação e dos traços econômicos do campesinato.

## **2. ABORDAGENS CONTEM PORÁNEAS SOB A ÓTICA**

A partir de 1970, as ideias de Chayanov começam a ser discutidas, principalmente pela Sociologia Rural, envoltas quase sempre em intensa polemica, porque trazem à tona a “questão” da coletivização das terras. Basicamente, a leitura de A. V. Chayanov é feita em contraposição a Marx e, mais recentemente, tem sido requisitada para compreender as formas de subordinação dos produtores rurais inseridos nas redes mercantis e industriais.

Shanin (1980) vê o campesinato como um mundo diferente, formando por elementos com características próprias, capazes de estabelecer um padrão de relações sociais distintas do restante da sociedade. A unidade familiar é extremamente autosuficiente e sua organização interna orienta-se em função da produção, consumo, sociabilidade, suporte moral e ajuda econômica mútua dos membros familiares. É perceptível a valorização de hierarquia familiar, onde geralmente o pai ou um membro mais velho marca sua autoridade na direção de processo evolutivo.

As atividades desenvolvidas pelos camponeses estão voltadas para a satisfação das necessidades do grupo familiar, exigindo, para tal, o extremo esforço de todos os seus membros, tanto nas tarefas internas à propriedade, quanto naquelas externas, que foram parcialmente incorporadas pelos camponeses, como o comércio, assalariamento parcial, entre outras, as quais possibilitam a obtenção de maiores ingressos monetários pela família.

Para Shanin, a posição ocupada pelos camponeses apresenta um dualismo conceitual. Por um lado, são vistos como uma sociedade independente; mas, quando inseridos no conjunto da formação social, podem muito bem ser apenas uma classe, mesmo que dotada do que o autor chama de “baixa classidade”, porque geralmente encontra-se subordinada por outras classes sociais.

Da mesma forma, na concepção de Tepicht (1973), a economia camponesa apresenta peculiaridades devido ao caráter familiar da divisão do trabalho, e são as regras de parentesco que definem tanto a unidade de produção quanto a de consumo, formando uma simbiose entre “empresa agrícola” e família.

Partindo da base empírica fornecida pelo campesinato polonês, Tepicht encontrou, nos trabalhos de A. V. Chayanov, o suporte teórico necessário para discutir a não-

generalização do “modelo” de Marx e reafirmar a persistência da economia camponesa.

Percebe-se claramente a visão de Chayanov em Tepicht, quanto este afirma que o campesinato não é um “modo de produção” como concebemos o capitalismo, o socialismo, ou qualquer outro, mas um “modo de produção particular”, subordinado, que se insere no sistema dito dominante e que adapta e interioriza as regras gerais do movimento de uma determinada formação econômica. Sob este aspecto, o “modo de produção camponês” é compatível com a economia capitalista, desde que não sejam rompidas as relações de produção que lhe são próprias, dentre as quais se destaca o trabalho familiar, seu traço dominante.

Tepicht introduz um elemento novo aos postulados de Chayanov, quando distingue as ocupações básicas da unidade familiar, as quais demandam um montante de trabalho, das atividades complementares, que utilizam as suas “forças marginais ou não- transferíveis”. Nesse caso, a motivação que levaria os camponeses a produzirem determinados produtos deve-se simplesmente ao fato de que seus membros não tem outra alternativa na estrutura ocupacional interna da unidade produtiva. Assim, a unidade familiar é mantida coesa, o que implica sua persistência como unidade de produção, sendo, ainda, dotada de uma certa competitividade no mercado capitalista.

Por outro lado, Tepicht esclarece que:

*“... como há necessidade de parte da família utilizar plenamente seu principal recurso a sua força de trabalho em face da ausência de ocupações alternativas, leva a trabalhar além do ponto que seria considerado racional pelos critérios capitalistas, mobilizando suas forças marginais”.*

(OP. cit. VELHO, 1979, p. 54).

Tanto Mendras (1978), estudando os camponeses da Europa Ocidental, como Chonchol (1986), ligado ao contexto latino- americano, afirmam que a economia camponesa segue regras de funcionamento particulares, podendo estar relacionada a diferentes modos da produção de consumo, e todo o sistema produtivo está orientado para a reprodução da unidade familiar.

Chonchol ressalta que o grupo familiar é marcado por um forte coletivismo interno, expresso na organização e divisão do trabalho, onde cada família adapta sua capacidade de trabalho conforme das características de sexo e idade de seus membros. A unidade produtiva familiar assim constituída reveste-se de uma certa autarquia em relação ao exterior, em que as tomadas de decisões são ponderadas em conjunto, sempre orientadas para a satisfação das necessidades de subsistência.

Em conseqüência, segundo Mendras, formam-se os mecanismos que possibilitam a campenização da Ásia e o contínuo reforço dos camponese latino- americanos.

No Brasil, vários autores trataram especialmente da causa camponesa, com é o caso de J. V. T. dos santos (1978) analisando o processo de trabalho executando pelo grupo familiar, avaliado também como a unidade consumidora.

Sua investigação empírica esteve na vivencia junto a uma comunidade camponesa, de origem italiana, surgida no bojo do processo de colonização européia do Rio Grande do Sul. Porém, ressalta que, a pesar de as relações capitalistas terem penetrando no interior das unidades familiares, o camponês mantém a autonomia do processo de trabalho, o que lhe delega uma posição e trabalhador independente.

Na mesma perspectiva, Neves (1981) apresenta o caso de pequenos produtores de cana do Estado do Rio de Janeiro, cuja caracterização revelou que este segmento vem reduzindo paulatinamente a área cultivada com produtos de subsistência, em favor de lavoura comercial, representada pelo cultivo da cana-de-açúcar. E, á medida que se acentua o seu caráter mercantil, conseqüentemente aumenta o grau de subordinação aos circuitos externos a sua produção.

Assim, como as relações com o mercado definem diferenças no interior das unidades comerciais e de subsistência, estas mesmas relações poderão determinar una diferenciação social entre os grupos de camponeses.

As diferenças que distinguem os camponeses uns dos outros não se estabelecem apenas no nível das relações com o mercado mas, também quanto às diferentes formas de organização produtiva interna, frente à disponibilidade dos maior de produção. Chonchol (1986) faz referências, nesse sentido, a uma diversidade social entre as famílias camponesas, divididas nas categorias: muito pobres, menos pobres, camponeses médios e os mais ricos, dadas em função da acessibilidade aos meios básicos de produção (terra, mão-de-obra e capital), uma vez que os que se encontram em situação inferior não possuem terras, ou apenas parcelas muito pequenas. Quando dispõem de mais terras e recursos, ocupam uma posição mediana, um pouco abaixo dos que mobilizam um maior volume de capital e que, além de produtores rurais, frequentemente se dedicam a atividades não- agrícolas; são os chamados ricos.

Ao analisar as transformações sociais na vida camponesa, Abramovay (1981) também aborda essa questão, defendendo que as diferenciação social é fruto do desenvolvimento de uma agricultura moderna, que incorpora o progresso técnico, formando uma camada de produtores com níveis de eficiência superior, diferentes daqueles que não tem acesso ás condições de produção de origem industrial, o que os coloca em situação de empobrecimento crescente e acelerado.

A respeito desse assunto, Heynig (1982), manifesta sua preocupação quando se tenta explicar a realidade camponesa segundo critérios de classificação estáticos, porque, segundo ele.

“los campesinos están sometidos a un permanente proceso de liquidación y reproducción de su forma de producción”.

(HEYNING, 1982, p. 141).

Conseqüentemente, entre as categorias que formam os pólos extremos de produção camponesa, existe uma sensível mobilidade dos grupos sociais que, dependendo das circunstancias, poderão enquadrar-se ou não, em determinadas definições teóricas.

M. N. B. Wanderley defende a legitimidade do aporte proposto por A. V. Chayanov, em que a economia camponesa não representa “algo” residual, necessariamente atrasado e com tendências á extinção diante do desenvolvimento do capitalismo. Pelo contrário o próprio capital cria um esforço para a reprodução da produção familiar, tornando-a não algo diferente do capital, mas um elemento do seu próprio funcionamento (WALDERLEY, 1988).

O que está pressuposto por trás da idéia M. N. B. Wanderley, é o fato de que a economia não é dual, mas apresenta um único sistema é dual, mas representa um único sistema, onde cada uma das partes está articulada ao todo, servindo, de alguma forma, à expansão do capital, estando a ele, por conseguinte, subordinadas. Em busca de seu espaço econômico, a produção camponesa atuaria nas “brechas” do sistema capitalista, preenchendo uma série de funções no sentido de contribuir, direta ou indiretamente, para a expansão dos setores tipicamente capitalistas. E complementa que, ao ocupar este espaço, o camponês tende a ser transformar qualitativamente, em função da sua integração, sob formas diversas, aos mecanismos de mercado.

Em conseqüência, o conceito de camponês tradicional<sup>5</sup> torna-se inadequado para delinear o perfil do produtor moderno, inserido nessa nova realidade social, necessitando ser redefinido nos seguintes termos:

*“são produtores responsáveis por parcela da produção de mercadorias, que acionam em seus processo de produção um capital de certa magnitude, que adotam tecnologia moderna, que conseguem constituir certo patrimônio, especialmente em terras valorizadas mas que a pesar disso permanecem trabalhando, representando o essencial da força de trabalho da unidade familiar de produção”.*

(WANDERLEY, 1988, p. 14).

---

<sup>5</sup> Conforme definição de Sandroni, deve se entendido como sendo:

“O produtor que possui uma articulação muito tênue com mercado, que produz através de técnicas tradicionais, que não responde aos estímulos de mercado, especialmente á elevação de preços”.

(SANDRONI, 1984. P.124).



A expansão dessa forma de produção deu-se interrelacionadas aos complexos agroindustriais, cooperativas ou redes de comercialização. Em todos os casos, esta produção encontra-se subordinada através da obtenção de insumos e créditos, ou do fornecimento de matérias primas. Nesta situação a maioria dos camponeses transformasse em produtores tecnologicamente modernos, e nem, por isso, perdem sua característica de produtores familiares.

A medida que a produção familiar se integra aos circuitos de comercialização de produção, de especialização das atividades e de mudança nas suas bases técnicas, há uma propensão inicial para refutar a teoria exposta por Chayanov, e muitos o fazem, mediante a alegação familiar, isto é, sua morfologia interna, perde a importância diante dos processos de modernização adotados no agro.

Porém, a despeito de qualquer transformação que possa ter havido nas unidades produtivas, a questão da caráter familiar do trabalho permanece no contexto do setor agrário atual mantendo, inclusive, determinadas modalidades de trabalho autônomas (artesanato rural, comércio em feiras, prestação de serviços, entre outras), que nada mais são do que estratégias internas do grupo familiar, para permanecer como agentes ativos no circuito da economia.

Em seu estudo sobre a produção familiar moderna, Wanderley propõe-se elaborar um modelo de análise, com base em situações concretas, das relações sociais de trabalho e das condições de organização das unidades produtivas mercantis, a partir da perspectiva dos próprios trabalhadores. Como base empírica para sua investigação, utilizou a vivência dos produtores familiares de algodão, na região de Campinas- São Paulo.<sup>6</sup>

De acordo com autora, os trabalhadores desta área são indivíduos que “aparentemente” trabalham autonomamente, mas, na verdade, estão subordinados, por conta própria, ao capital. No caso do campesinato, a subordinação supõe e repõe um produtor familiar não de possuído dos meios de produção, que organiza e dirige as tarefas do processo produtivo (WANDERLEY, 1988).

A ação conjunta do grupo familiar está direcionada no sentido de formação de um patrimônio fundiário e de reprodução do capital produtivo, ambos elementos essenciais para a concretização do chamado “projeto camponês”, que, nas palavras de Wanderley (1988, p. 76), pode ser assim definido: “trabalhar para si, com os seus, no que lhe pertence”.

Objetivando efetivar a qualquer custo esse projeto, o camponês submete-se ao processo de modernização, no qual a própria forma de assegurar sua subsistência ganha outro sentido.

---

<sup>6</sup> Ver WANDERLEY, M. N. R. Trajetória Social e Projeto de Autonomia: os produtores familiares de algodão na região de Campinas: UNICAMP, 1988.

### 3. CONCLUSÃO

Encontrou-se na teoria de Chayanov, a “chave” para desvendar o fenômeno da produção camponesa, a partir de elementos que permitem que se penetre na dimensão familiar das unidades produtivas, a fim de verificar as alterações ocorridas no nível interno das famílias camponesas, e de ver, na sua articulação externa, a própria capacidade de sobrevivência no sistema capitalista. O próprio Chayanov, em trabalho, sobre a Organização da Unidade Econômica Camponesa (1974), apontou as perspectivas de integração em seus diferentes níveis.

*“En la actualidad, al unidad económica campesina en casi todas las partes está ligada al mercado capitalista de mercancías; en muchos países sufre la influencia del capital financiero, que le ha hecho empréstitos, y coexiste con la industria organizada al modo capitalista y, en algunos lugares, también con la agricultura capitalista”.*

(CHAYANOV, 1974. P. 42).

Complementando, afirma adiante que o futuro da economia camponesa deveria ser

*“un campo industrializado en todas las esferas del proceso técnico, mecanizado y electrificado, un campo que ha aprovechado todos los logros de la ciencia y la tecnología agrícola”.*

(CHAYANOV, 1974. P. 41).

Dentro deste contexto atual dos pesquisadores nesse sentido, dessa maneira especial o trabalho de Wanderley, fornece indicações de que, na conduta geral do desenvolvimento capitalista, a agricultura depara-se com um novo paradigma: a emergência de trabalhadores para o capital, isto é, produtores familiares que passam a ser expropriados de sua condição de dirigentes do processo produtivo, embora permaneçam como proprietários de sua parcela de terra e de sua força.

As características fundamentais da produção camponesa explanadas pelos trabalhos examinados, que permanecem aderentes aos pressupostos teóricos de Chayanov, podem ser resumidas nos seguintes enunciados.

- A família se configura como unidade de produção de consumo.
- O camponês detém totalmente a posse dos meios de produção, ou grande parte deles;
- O fundamental na economia camponesa não é propriedade, mas sim posse da terra, que mediatiza a produção de sua subsistência.

Em fim, são unidades familiares cujos objetivos de produção são fixados, mais no sentido de aumentar suas possibilidades de consumo e elevar seu nível de subsistência, do que valorizar o capital com vistas á acumulação.

Nesse sentido, o trabalho de Chayanov representou um instrumento de análise inovador, pelo fato de ser por à visão tradicional a respeito da questão da produção, familiar camponesa que, via de regra, é encarada sob a ótica dos sistema capitalista e de seus padrões, de modernidade. Ao contrário, pode-se perceber que ocorrem inúmeras situações reais em que é possível coexistirem diferentes formas de organização da produção, não geradas diretamente pelo capital, mas que, ao penetrarem nos espaços abertos pelo mesmo acabam, de alguma maneira, a ele subordinadas.

No entanto, para melhor entender as singularidades dessas formas, é necessário incorporar ás análises a ótica fornecida pelos próprios agentes do processo produtivo: os camponesas.

#### **4. BIBLIOGRAFIA CITADA**

ABRAMOVAY, R. **Transformações na Vida Camponesa: O Sudeste Paraense**. São Paulo. USP. 274 p. (Dissertação de Mestrado).

CHAYANOV. A. V. **La Organización de la Unidad Económica Campesina**. Buenos Aires: Nuevas Visión, 1974, 342 p.

CHONCHOL, J. Societés et economies paysannes. **Paysanas Avenir les Societés Rurales du Tiers Monde**. París: La Decouveert, 1986, 299 p.

HARRISON, Chayanov and the Economics of the Russian Peasantry. **The Journal of Peasant Studies**. England, 2 (4), p. 399-417 1975. HEYNIG, K., Principales enfoques sobre la economía Campesina. Revista de la Cepal, p. 115-142, 1982.

MENDRAS, H. **Sociedades Camponesas**. Rio de Janeiro Zahar, 1978. 265 p.' NEVES, D. P. Lavradores e Pequenos Produtores de Cana. Rio de Janeiro: Zahar., 1981. 121 p.

SANDRONI, P. os anos 70: Produção familiar na agricultura e a questão agrária. **Anais do Seminário Revisão Crítica da Produção Sociológica Voltada par a Agricultura**. São Paulo: ASESP/ CEBRAP. 1984.

SANTOS, J. V. T. **Colonos de Vinho: estudo sobre a subordinação do trabalho camponês de capital**. São Paulo. HUCITEC, 1978. 182 P.

SHANIN, T. A. A. definição de camponês- conceituações **Estudos CEBRAP N° 26**, Petrópolis: Vozes., 1980.

SILVA, J. C. & STOLCKE, V. **A questão Agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

TEPICHT, J. **Marxisme et Agriculture: le paysan polonais**. Paris: Armand Colin, 1973. 215 p.

VELHO, O. G. **Capitalismo Autoritário e Campesinato: Um estudo comparativo a partir da fronteira do movimento**. São Paulo: Difel, 1979. 261 p.

WANDERLEY, M. N. B., **Trajetória Social e Projeto de Autonomia: os Produtores de algodão na região de Campinas, São Paulo. Campinas, São Paulo**. Campinas: UNICAM, 1988, 162 p. (Dissertação de Mestrado).

\_\_\_\_\_. **Em busca da Modernidade Social: uma homenagem a Alexander V. Chayanov** Campinas: UNICAMP, 1989. 83 p.